



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de subscrições para os sistemas operacionais Suse Linux Enterprise Server e Red Hat Enterprise Linux Server e contratação do serviço de suporte técnico para a solução de colaboração *Zimbra Collaboration Suite Perpetual Standard/Professional Edition*.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Manter os softwares atualizados e com suporte do fornecedor para reduzir o risco de invasão ao ambiente de TI do TRE-SC.

2.2. Objetivos e Benefícios

Itens 1 e 2 - Garantir a disponibilidade e a segurança dos sistemas operacionais que suportam a infraestrutura de TIC do TRE-SC, permitindo o alcance dos objetivos institucionais;

Item 3 - Manter a eficiência no trabalho colaborativo, fortalecendo a padronização do processo de colaboração em grupo;

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PDTI	<ul style="list-style-type: none">AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais;AE06 - Manter parque tecnológico atualizado.
PETI	<ul style="list-style-type: none">IN12 - Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação do TRE-SC;

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 3987/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Item	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Aquisição de 9 (nove) subscrições do sistema operacional <i>SUSE Linux Enterprise Server</i> , x86 e x86-64, 1-2 sockets com máquinas virtuais ilimitadas, <i>standard</i> , por 3 anos.	9	9
2	Aquisição de 1 (uma) subscrição do sistema operacional <i>Red Hat Enterprise Linux Server</i> , 2 sockets – 1 <i>physical</i> / 2 <i>virtual nodes</i> , <i>standard</i> , por 1	1	1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	ano.		
3	Contratação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para 1500 (mil e quinhentas) caixas de e-mail do <i>Zimbra Collaboration Suite Perpetual Standard Edition</i> , e 25 (vinte e cinco) caixas do <i>Zimbra Collaboration Suite Perpetual Professional Edition</i> , por 1 ano.	1525	1525

Aquisição de subscrições para os sistemas operacionais SUSE Linux Enterprise Server e Red Hat Enterprise Linux Server e contratação do serviço de suporte técnico para o *Zimbra Collaboration Suite Perpetual Standard/Professional Edition*, divididos em 3 itens, conforme requisitos estabelecidos nos Estudos Preliminares desta contratação.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser licitado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, e padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos. A composição do objeto se divide em 3(três) itens, conforme as características a seguir:

Item	Característica
1	Aquisição de 9 (nove) subscrições do sistema operacional <i>SUSE Linux Enterprise Server</i> , x86 e x86-64, 1-2 <i>sockets</i> com máquinas virtuais ilimitadas, <i>standard</i> , por 3 anos.
2	Aquisição de 1 (uma) subscrição do sistema operacional <i>Red Hat Enterprise Linux Server</i> , 2 <i>sockets</i> – 1 <i>physical</i> / 2 <i>virtual nodes</i> , <i>standard</i> , por 1 ano.
3	Contratação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para 1500 (mil e quinhentas) caixas de e-mail do <i>Zimbra Collaboration Suite Perpetual Standard Edition</i> , e 25 (vinte e cinco) caixas do <i>Zimbra Collaboration Suite Perpetual Professional Edition</i> , por 1 ano.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Conforme fundamentado nos Estudos Preliminares, houve parcelamento do objeto em 3 (três) itens, de modo que cada demanda possa ser atendida por empresas distintas, sendo a adjudicação por item.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) somente para o item 3: um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 7.174/2010.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Verifica-se que o objeto pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o bem é comum, justificando, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

2.12. Impacto Ambiental

Não há impacto ambiental direto identificado para esta contratação.

2.13. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.14. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Redes e de Servidores do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até: a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

2.16.2. Disponibilizar em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, as licenças/subscrições dos softwares e/ou acesso aos respectivos suportes técnicos, à Seção de Administração de Redes e de Servidores, localizada no 2º andar do prédio sede, situado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, em horário compreendido entre 13 e 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, ou pelo seguinte endereço eletrônico: csit-sars@tre-sc.jus.br;

2.16.3. Caso a entrega do produto seja por meio eletrônico, deverão ser enviadas para o e-mail supracitado todas as informações e orientações sobre os procedimentos necessários (ex. obtenção de atualizações do software, endereço eletrônico para download, chave de ativação, etc.);

2.16.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;

2.16.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Item 1:

3.1.1. Aquisição de 9 (nove) subscrições do sistema operacional *SUSE Linux Enterprise Server*, x86 e x86-64, 1-2 *sockets* com máquinas virtuais ilimitadas, *standard*, por 3 anos;

3.1.2. SKU 874-007983;

3.1.3. Direito de suporte técnico via internet e telefone, em português;

3.1.4. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição;

3.1.5. As subscrições deverão ser registradas em nome do TRE-SC junto ao fabricante;

Item 2:

3.1.6. Aquisição de 1 (uma) subscrição do sistema operacional *Red Hat Enterprise Linux Server*, 2 *sockets* – 1 *physical* / 2 *virtual nodes*, *standard*, por 1 ano;

3.1.7. *Part number RH00004*;

3.1.8. Direito de suporte técnico via internet e telefone, em Português;

3.1.9. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição;

3.1.10. A subscrição deverá ser registrada em nome do TRE-SC junto ao fabricante;

Item 3:

3.1.11. Contratação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para 1500 (mil e quinhentas) caixas de e-mail do *Zimbra Collaboration Suite Perpetual Standard Edition*, e 25 (vinte e cinco) caixas do *Zimbra Collaboration Suite Perpetual Professional Edition*, por 1 ano;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.12. Direito a atualizações, upgrades, correções de bug e patches, no idioma Português;

3.1.13. O serviço de suporte técnico deverá ser registrado em novo do TRE-SC junto ao fabricante;

3.1.14. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item 1 – SUSE Linux Enterprise Server with Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Standard Subscription, SKU 874-007983;

Item 2 – Red Hat Enterprise Linux Server – Standard Subscription – 2 sockets, 1 physical / 2 virtual nodes, part number RN00004;

Item 3 – Serviço de suporte técnico para Zimbra Network Collaboration Suite, Standard/Professional Edition.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.15. Códigos SIASG

24333 - Serviço de licença pelo uso de software (CATSER).

3.1.16. Vigência

Para o item 1, o contrato terá vigência por 3 (três) anos, a partir de 22/8/2002, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de termos aditivos o até o limite legal.

Para os itens 2 e 3, o contrato terá vigência por 1 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de termos aditivos até o limite legal.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 23 de maio de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao TRE-SC promover, através do titular da Seção da Administração de Redes e de Servidores, ou seu substituto, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como aquelas relacionadas aos Indicadores de Níveis de Serviço. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração de aspectos relacionados aos prazos de execução e nível de serviço prestado, bem como o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Abaixo são descritos os papéis previstos na execução do contrato:

#	Ator	Papel
1	Gestor do Contrato do TRE-SC	<ul style="list-style-type: none">- Fiscalização contratual;- Abertura de chamados técnicos;- Atestação da(s) fatura(s);- Tratativas administrativas com a Contratada.
2	Representante da Contratada	<ul style="list-style-type: none">- Atuar como ponto focal para demandas administrativas e técnicas.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Abaixo são listadas as principais etapas da contratação, com os prazos e responsáveis associados:

#	Etapas	Data	Responsável
1	Início da prestação do serviço	Conforme subitem 2.16.2 do Projeto Básico / Termo de Referência	Contratada
2	Pagamento	Conforme itens 1.6 e 1.7 do Anexo I – Plano de Fiscalização.	TRE-SC



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3. Instrumentos Formais

Todas as solicitações e ocorrências vinculadas à prestação do serviço deverão ser registradas em sistema próprio.

Eventuais solicitações poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato do TRE-SC, via e-mail, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação do serviço, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

Serão considerados no acompanhamento contratual as obrigações previstas para a Contratada.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Somente para o item3:

a) Os serviços prestados serão avaliados mensalmente, mediante análise das obrigações da Contratada;

b) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

Para todos os itens:

c) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

Poderá ocorrer a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Critérios de qualificação técnica conforme descrito no edital.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b. não entregar a documentação exigida no edital;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. causar o atraso na execução do objeto;
- e. não manter a proposta;
- f. falhar na execução do contrato;
- g. fraudar a execução do contrato;
- h. comportar-se de modo inidôneo;
- i. declarar informações falsas; e
- j. cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a. não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b. deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c. fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d. ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e. não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f. falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g. fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h. comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i. cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato ou valor mensal do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato ou valor mensal do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior.

1.11.4. São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades:

#	Evento	Referência	Tipo de Infração
1	Descumprimento do estabelecido nos itens 2.16.2 e 2.16.3, das obrigações da Contratada.	Por dia	Média
2	Suspender ou interromper os serviços prestados ou causar dano ao patrimônio, injustificadamente.	Por ocorrência	Grave

1.11.5. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a. no caso de inexecução parcial, sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

b. no caso de inexecução parcial, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c. no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.6. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “d” do subitem 1.11.5 são de competência do Presidente do TRES.

1.11.7. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos no item 2.16 sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do serviço em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.7.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.7, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.7.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.8. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.5, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.9. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.9.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação